

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.918 - RS (2019/0247618-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF  
**ADVOGADOS** : LEANDRO PITREZ CASADO E OUTRO(S) - RS053911  
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES E OUTRO(S) - DF036192  
FRANCIELE DA SILVA SAGAS - RS105427  
**EMBARGADO** : CESAR MORSCH  
**ADVOGADOS** : DAISSON FLACH - RS036768  
REGIS ELENIO FONTANA - RS027389  
RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039  
**INTERES.** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694  
DANIEL BARBOSA LIMA FARIA CORREA DE SOUZA E OUTRO(S)  
- RS065085  
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF, em face da decisão da lavra deste signatário, na qual houve a determinação de sobrestamento do feito em razão de matéria repetitiva sobre a impossibilidade de inclusão no cálculo da complementação de aposentadoria, de verbas reconhecidas na Justiça Trabalhista, incorporadas ao salário do trabalhador, sem a prévia formação da reserva matemática necessária (REsp 1.740.397 - Tema 1.021).

Nas razões dos aclaratórios (fls. 1.998/2.009), a embargante alega, em síntese, omissão quanto ao teor do decidido no REsp 1.312.736/RS (Tema 955), no qual *"condicionou a inclusão de reflexos pecuniários das verbas trabalhistas relativas às horas extraordinárias no benefício previdenciário complementar à prévia e integral recomposição da reserva matemática, com o aporte do valor a ser apurado por estudo atuarial em sede de liquidação"* (fl. 866).

A parte embargada apresentou petição de fls. 879-889, requerendo a necessidade de distinção do feito da matéria repetitiva, pois no caso dos autos, a ação trabalhista foi julgada procedente para inclusão da verba trabalhista na base de cálculo do salário de contribuição à Funcef, com autorização da formação da fonte de custeio.

É o relatório. Decide-se.

Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material. Não servem, no entanto, como meio de manifestação do inconformismo da parte com a decisão prolatada.

Citam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: EDcl no AgRg no Ag 1329960/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; EDcl no REsp 1597129/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; EDcl no AgRg na PET na Rcl 22.564/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

No caso em tela, a embargante sustenta equívoco na decisão embargada, na medida em que *"independentemente de qual verba for deferida na Justiça do Trabalho, no presente caso foi a verba CTVA, para ser incorporada ao benefício complementar do assistido, haverá a necessidade da prévia e integral recomposição da reserva matemática, sendo que, data venia, a questão a ser discutida no REsp 1.740.397/RS (tema 1.021) já foi definida quando do julgamento do REsp nº 1.312.736/RS (Tema 955)"*.

Razão não lhe assiste.

Oportuno ressaltar, que a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de ser irrecorrível decisão que determina o sobrestamento do feito em razão da afetação do tema em matéria repetitiva.

Nesse sentido, cita-se julgado da colenda Corte Especial deste Tribunal:

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LOTEAMENTO. COBRANÇA DE TAXA DE MANUTENÇÃO. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. TEMA 492/STF. RE-RG 695.911. DESPACHO DE SOBRESTAMENTO. IRRECORRIBILIDADE. MERO ATO PROCEDIMENTAL. PRECEDENTES.*

- 1. Na hipótese dos autos, reconheceu-se a obrigação de adimplir quaisquer valores à administradora, em razão da existência de contrato, mesmo sem vinculação associativa.*
- 2. Nesse contexto, soa evidente que referida questão encontra em debate no Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão*

geral, à luz do Tema 492/STF: "Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado", de modo que o sobrestamento do feito é medida que se impõe, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça, à luz do pronunciamento daquela Corte, reexaminar o processo para manter sua decisão ou retratar-se.

**3. Neste contexto, a decisão que determina o sobrestamento do feito em razão da afetação do tema em repercussão geral é irrecorrível.**

*Precedentes.*

*Agravo interno improvido.*

(AgInt nos EDcl nos EDcl no RE nos EDcl no AgRg no REsp 1.422.605/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 7/12/2016, DJe de 16/12/2016)

E ainda:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA - MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DA REPERCUSSÃO GERAL NO STF - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE TORNOU SEM EFEITO DELIBERAÇÃO ANTERIOR E DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM - OBEDIÊNCIA À SISTEMÁTICA PREVISTA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - IRRECORRIBILIDADE - PRECEDENTES DO STJ. INSURGÊNCIA DO AUTOR.**

1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "não se deve conhecer do recurso de agravo interno impugnando a decisão que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que observe a sistemática prevista nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, tendo em vista que o aludido sobrestamento não é capaz de gerar nenhum prejuízo às partes, motivo pelo qual é irrecorrível" (AgInt no REsp 1.663.877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 4/9/2017). *Precedentes do STJ.*

2. *Agravo interno não conhecido.*

(AgInt no AgRg no AREsp 199.253/SC, Relator o Ministro MARCO BUZZI, DJe de 17/12/2018)

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DETERMINA A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA FINS DE ADEQUAÇÃO AO JULGAMENTO PROFERIDO NAS CORTES SUPERIORES.**

*I - O ato de sobrestamento e remessa dos autos à origem, para a devida observação do rito de demandas repetitivas, não soluciona*

*a lide por não ter carga decisória, de tal modo que é irrecorrível.*

*II - Agravo interno não conhecido.*

(AgInt no AREsp 1.274.656/RJ, Relator o Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/9/2018)

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE DETERMINA O RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM, PARA AGUARDAR JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA REPETITIVA, PARA OPORTUNA APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 1.040 E 1.041 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015.*

(AgInt nos EDcl no AREsp 631.318/SP, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 17/2/2017)

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PERCENTUAIS DISTINTOS PARA HOMENS E MULHERES. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. MATÉRIA AFETADA À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. DECISÃO IRRECORRÍVEL. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de aguardar-se o julgamento de matéria submetida ao rito dos recursos repetitivos. Precedentes.*

*2. Agravo interno não conhecido.*

(AgInt nos EDcl no AgRg no REsp 1.360.042/RS, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 10/10/2016)

Além disso, no caso, não se configura a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois, entendo que a matéria objeto de controvérsia encontra-se abrangida pelo REsp 1.740.397/RS, submetido ao rito dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Na realidade, observa-se que o verdadeiro intento dos presentes declaratórios é a obtenção de efeito infringente, pretensão que esbarra na finalidade

# *Superior Tribunal de Justiça*

integrativa do recurso em tela, que não se presta à rediscussão da causa já devidamente decidida.

A atribuição de efeito modificativo aos embargos é providência de caráter excepcional, incompatível com hipóteses como a dos autos, que revelam tão-somente o inconformismo da parte com o julgado.

Portanto, tendo a decisão embargada decidido de modo claro e fundamentado, apenas contrário aos interesses da parte embargante, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

Nessa ordem de ideias, não existe qualquer vício a ser sanado, razão pela qual não devem ser acolhidos os presentes embargos.

Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Indefere-se o pedido de distinção constante da petição de fls. 879-889, tendo em vista que a matéria objeto de controvérsia encontra-se abrangida pelo REsp 1.740.397/RS, submetido ao rito dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília-DF, 20 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator